

Mensagem da Secretária da RFB, Lina Vieira, aos participantes do Seminário Público 20 anos da Constituição

26/09/2008 - Fonte: SRFB (41)

Os 20 anos da Carta da Cidadania

Rendo as minhas homenagens aos participantes do Seminário sobre a Carta de 88. Minha calorosa saudação a todos!

Aqui, antes da Secretária, fala a cidadã.

Dia 5 de outubro de 1988! O país inteiro encheu-se de esperança. A esperança de todos.

Que dia, aquele! Júbilo, celebração, comunhão e conagração que defluíram do majestático pronunciamento do Doutor Ulysses.

Senti aquela esperança como uma fonte na alma.

Milhões de brasileiros sentiram a mesma coisa.

A minha geração embalou o sonho de um Brasil democrático, desenvolvido, livre e justo. Sonho que vem de longe; dos heróis da Independência, dos abolicionistas, dos "tenentes" da República Velha, dos revolucionários da Coluna Invicta; dos jovens libertários presos em Ibiúna. Estudantes que despejaram seu entusiasmo na travessia para o mundo moderno e buscavam o lugar do Brasil no futuro que parecia bem perto. A democracia funcionava e havia alguma perspectiva de melhoria social.

A História nos surpreendeu dando um passo para trás.

Dos "anos dourados" de JK saltamos no escuro para os anos de chumbo.

Misturamos crescimento econômico com arrocho salarial. Sacrificamos a liberdade. Vimos o progresso para poucos.

O legado de uma enorme dívida externa veio junto com inflação. As mazelas sociais, o arbítrio e a tortura do Estado ditatorial estrangularam a cidadania.

Meus filhos nasceram e imaginei que nossos netos veriam o dia em que igualdade, liberdade e justiça andariam juntos com o desenvolvimento nesta terra. Cunhambebe, Zumbi, Tiradentes e Frei Tito de Alencar.

Eu cheguei a duvidar que a luz desse dia riscasse minha face, mas acalentei sempre no coração a chama da esperança de que esse dia chegaria.

Nunca pensei que pudesse me encontrar na posição em que hoje me encontro, para assumir a liderança servidora da SRFB. Com absoluta humildade, empenhar-me-ei para fazer cumprir o legado do Doutor Ulysses na parte que nos cabe!

Os jovens que pintaram a cara reclamando a compostura dos seus representantes, assim como os da minha geração, todos aprendemos o valor da liberdade de expressão e da organização popular. A Carta de 88 consagrou-as e não podemos abrir mão delas.

A Carta de 88 nos fez recuperar a confiança e nos deu esperanças.

O empresariado dá sinais de que decidiu assumir sua responsabilidade social.

Os trabalhadores ainda sofrem com tecnologias que disseminam o desemprego estrutural, mas procuram novos arranjos produtivos e ampla organização sindical para reivindicarem direitos e uma parte maior na torta do excedente econômico.

A iniciativa dos sindicalistas no Rio Grande do Sul de promover o evento sobre a Carta de 88 é portentosa. Orgulha-me pertencer a uma categoria de trabalhadores do serviço público dotada de tamanha sensibilidade política e social voltada para as instituições nacionais, ultrapassando os limites do corporativismo estreito.

Ao debater às claras o perfil atual do Brasil, depois de 20 anos da Carta da Cidadania, envolvendo membros do Executivo, Legislativo, Judiciário, Universidade, Sindicatos, Ministério Público, empresas e entidades não-governamentais, as Delegacias Sindicais do Rio Grande do Sul e demais entidades apoiadoras dão um exemplo de respeito àqueles arautos do Estado de Direito que vivenciaram um dos mais férteis períodos de participação política e social da sociedade brasileira.

Algo me é muito caro. Diz respeito a tudo que aprofunde os mecanismos de integração regional e federativa, por dentro do Brasil, e partindo em direção do MERCOSUL, com vistas a identificar áreas com potencial adormecido de sinergia nas relações com estados, municípios e países fronteiriços.

Não podemos esquecer das nossas relações com o continente africano e podemos aprender com países como a China, a Rússia e a Índia, cuja dimensão continental assinala desafios semelhantes em escala para perseguir o desenvolvimento econômico e social.

O desenvolvimento do país reside na atenção que dá ao seu povo, na lição de Celso Furtado. A educação dentro do processo de ensino é lugar de solidariedade do meio social para formar cidadãos, na pedagogia de Paulo Freire.

Não podemos tolerar o analfabetismo e o semi-analfabetismo. Só o padrão de consumo não nos moderniza. Há um mínimo indispensável de conhecimento para a condição humana.

Nossa missão é facultar que essas prioridades do povo sejam atendidas com os recursos carreados ao Erário.

A reorganização da máquina fazendária é parte desse processo.

A administração pública deve se manter distante do clientelismo, do interesse privado e da corrupção que sangra os contribuintes, que são os beneficiários legítimos das políticas sociais. Sem uma mudança de mentalidade que exige o concurso da sociedade, o governo que tem um papel fundamental, não será capaz de cumprir o seu papel.

Daí o imperativo da transparência e do controle social para que a opinião pública se mobilize e arranque as boas intenções dos discursos levando-as ao cotidiano.

Assim é preciso construir outras formas de participação da sociedade para fundamentar essa tomada de consciência, da reivindicação cidadã e da mobilização capaz de sensibilizar os meios de comunicação de massa.

Sem os grandes meios de comunicação, cujo papel é central na mobilização de todos, mais a independência da crítica e a veracidade da informação, os cidadãos ficam sem condições para cobrar mais coerência na ação dos governos e incapacitados para o exercício da cidadania. Creio que duas palavras são fundamentais para entendermos a Carta de 88.

Solidariedade; com as minorias raciais e algumas majorias - os negros - que esperam igualdade na realidade. Aos grupos indígenas, aos despossuídos da terra.

Dignidade; com o tratamento das crianças e dos idosos, da família, dos abandonados, torturados, portadores de necessidades especiais e humilhados.

Aos convidados e participantes de tão impressionante simpósio cívico, manifesto o meu entusiasmo e respeito, porque creio que todos os cidadãos e cidadãs no Brasil, com a vigência do Diploma da Liberdade e da Justiça Social, podem ter mais fé, esperança e confiança de que um outro Brasil, mais do que possível, também tornar-se-á viável.

Sinto que a respeitável Casa do Povo gaúcho, hoje, vai lavrar mais um Auto de Fé na Democracia. Muito obrigada,

Lina Maria Vieira

